



RELISE

O EMPREENDEDORISMO COMO IDEÁRIO CENTRAL DO NEOLIBERALISMO E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO EDUCACIONAL¹

*ENTREPRENEURSHIP AS A CENTRAL IDEA OF NEOLIBERALISM AND ITS
REPERCUSSIONS IN THE EDUCATIONAL FIELD*

Leandro de Fontes Barbosa²

RESUMO

O artigo objetiva analisar as mediações econômicas, políticas e ideológicas entre o neoliberalismo e o ideário do empreendedorismo, suas repercussões na educação. Partindo da caracterização do processo de reestruturação produtiva do capitalismo nas últimas décadas, abordamos seus desdobramentos nas relações de trabalho, destacando a ofensiva de desregulamentação, desemprego, informalização e precarização estruturadas no fortalecimento do neoliberalismo como sociabilidade e regime de acumulação hegemônicos. Seguimos abordando teóricos do campo pró-empendedorismo, confrontando o que dizem os mesmos com abordagens críticas do trabalho e da educação no capitalismo contemporâneo, situadas no universo do materialismo histórico-dialético marxista. Na “teoria dos negócios” analisada, classificamos seis tópicos de aspectos com forte presença no ideário do empreendedorismo. Por fim, dimensionamos a “pedagogia do capital flexível” como base conceitual mais ampla, composta por princípios, valores, conteúdos e práticas de reprodução e hegemonia do capitalismo flexível, dentro da qual o empreendedorismo configura-se como principal correia de transmissão dos propósitos neoliberais. Por fim, pontuamos como o ideário empreendedor constitui-se no campo da política educacional sob vieses práticos e concretos; estes articulados com panorama mais amplo da conjuntura internacional que tem se estruturado no neoliberalismo.

Palavras-chave: empreendedorismo, educação em empreendedorismo, neoliberalismo, capitalismo flexível.

¹ Recebido em 29/11/2021. Aprovado em 16/02/2022.

² Universidade Federal de Pernambuco. leandrofbarbosa1985@gmail.com



RELISE

115

ABSTRACT

The article aims to analyze the economic, political and ideological mediations between neoliberalism and the ideas of entrepreneurship, their repercussions on education. Starting from the characterization of the productive restructuring process of capitalism in the last decades, we approach its unfolding in labor relations, highlighting the offensive of deregulation, unemployment, informalization and precariousness structured in the strengthening of neoliberalism as hegemonic sociability and accumulation regime. We continue to approach theorists from the pro-entrepreneurship field, confronting what they say with critical approaches to work and education in contemporary capitalism, located in the universe of Marxist dialectical-historical materialism. In the “theory of business” analyzed, we classified six topics of aspects with a strong presence in the ideas of entrepreneurship. Finally, we dimension the “pedagogy of flexible capital” as a broader conceptual basis, composed of principles, values, contents and practices of reproduction and hegemony of flexible capitalism, within which entrepreneurship is configured as the main transmission belt of neoliberal purposes. Finally, we point out how the entrepreneurial ideology is constituted in the field of educational policy under practical and concrete biases; these articulated with a broader panorama of the international conjuncture that has been structured in neoliberalism.

Keywords: entrepreneurship, entrepreneurship education, neoliberalism, flexible capitalism.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1960 iniciou-se uma nova crise estrutural do modo de produção capitalista, balizada na passagem (reestruturação produtiva) do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível, num amplo redimensionamento das relações de produção e sociabilidade no capitalismo (HARVEY, 2003).

Restruturam-se as relações de trabalho hegemônicas na base material, e também reconfigura-se o Estado (do Estado centralizador “de Bem Estar” ao Estado neoliberal) como superestrutura correlata às novas relações sociais de produção dominantes. Daí que, nas últimas décadas, termos como “Estado mínimo”, privatizações e desregulamentação do trabalho passaram a ser as



RELISE

116

palavras de ordem associadas ao capital. Assim, emergiu um novo “bloco histórico”³³: o neoliberalismo associado à acumulação flexível. Internacionalmente, o neoliberalismo passa a operar enquanto o modelo de (des)regulação política-estatal associado ao capitalismo flexível, eliminando gradativamente financiamentos públicos, direitos e políticas sociais antes conquistados no plano dos Estados nacionais. Dado que, nas últimas quatro décadas, as diretrizes neoliberais têm sido impostas em escala internacional principalmente após a ascensão dos governos Margareth Thatcher (1979 a 1990, na Inglaterra) e Ronald Reagan (1981 a 1990, EUA). Também contribuíram para essa escalada de hegemonia a reorganização produtiva dominante nas empresas (passagem do fordismo ao toyotismo), a diluição da social-democracia europeia clássica e o fim do socialismo no Leste europeu. (ANTUNES, 2009).

É neste âmbito que o imperativo neoliberal trata-se de uma redefinição, um novo elo entre Estado e capital constituído pela intensificação da mercantilização das relações e práticas sociais nas mais variadas esferas de sociabilidade. Processo que se realiza em ofensiva de escala global, cujas consequências - sentidas a partir da década de 1990 na periferia capitalista – tem sido: privatizações de empresas e espaços públicos; destruição ambiental causada pela especulação imobiliária; desregulamentação de direitos trabalhistas; desmontes e redução de políticas públicas (saúde, educação,

³³ Bloco histórico é um conceito fundamental aos teóricos marxistas do Estado, possuindo contribuição fundamental gramsciana, perspectiva na qual nos referenciamos. Nele, elementos da estrutura (relações sociais de produção, economia, desenvolvimento das forças produtivas, tecnologias) só podem ser compreendidos de modo relacional a variáveis políticas, ideológicas, culturais (superestrutura). Há unidade dialética de retroalimentação mútua entre modo de regulamentação social (Estado) e regime de acumulação (economia), sintetizando uma totalidade político-econômica e social. Mudanças sensíveis ou radicais nas relações de trabalho demandam rearranjos políticos, jurídicos, educativos, culturais etc. para dar conta das novas relações de produção e sociabilidade dominantes. Para maiores aprofundamentos neste conceito em Gramsci, ver Galastri (2009).



RELISE

previdência etc.); terceirização; arrochos e reduções salariais; diminuição de empregos formais; desemprego massivo; aumento da competição entre trabalhadores etc. Aumenta-se a subalternização das condições de vida dos trabalhadores, a pobreza, a degradação e precarização das relações de trabalho. O que gera novas exclusões, desemprego, subemprego, informalidade (ANTUNES, 2009; SOARES, 2000; FRIGOTTO, 2000).

O desemprego em massa é facilitador para a intensificação da exploração e precarização do trabalho em nome dos lucros e da acumulação. No Brasil e no mundo, tal agenda intensifica-se por uma série de novas legislações e “reformas” que, no discurso e ideário neoliberais, aparecem enquanto expressões pomposas como “flexibilização” ou “modernização das relações trabalhistas”⁴, numa ofensiva que perdura até os dias atuais.

No seio deste processo, nos últimos anos um tipo peculiar e altamente nocivo da precarização do trabalho tornou-se pujante: a “uberização” do trabalho. Vinculada às novas tecnologias digitais (como os aplicativos) e somada às diversas ofensivas sobre o trabalho, ela atualiza a lógica de expropriação do trabalhador em tempos de massivo desemprego, reconfigurando uma série de transformações em curso há décadas; por uma nova organização, controle e gerenciamento produtivo pautados na eliminação de direitos trabalhistas, quebra das “barreiras ao fluxo do capital”. Neste contexto, a uberização é elevada a alternativa ao desemprego (ABÍLIO, 2017, p. 20-21).

A uberização, exemplo de redefinição da precarização que iremos discutir mais à frente, é um dos diversos ingredientes dessa realidade cujos elementos superestruturais são designados por Dardot e Laval (2020) como

⁴ Como exemplos estão a Lei 13.429/17, que versa sobre a terceirização; a “reforma” trabalhista (Lei 13.467/17); a Emenda Constitucional 55/2016 que, em seu limite, congela os financiamentos públicos, limitando os mesmos à variação da inflação. Na Educação, a “reforma do Ensino Médio” fragmenta os currículos escolares, deixando-os ainda mais suscetíveis aos interesses e ditames do mercado.



RELISE

118

“racionalidade neoliberal”. Racionalidade que tem uma ideologia central: o *empreendedorismo*, disseminado nos diversos espaços ideológicos, políticos, econômicos, pedagógicos. Como exemplo, temos que o referido ideário aparece constantemente nos meios de comunicação de massa (matérias de jornais, reportagens, publicidades, relatos na TV). Também, ele é alçado a alternativa impulsionada por políticas estatais vinculadas ao trabalho, em ações de secretarias municipais e estaduais. Isto, além das ações dos próprios aparelhos de hegemonia vinculados diretamente ao capital, como SEBRAE e ONG's empresariais. Ademais, veremos como o empreendedorismo tem crescido enquanto política educacional, nos currículos escolares da Educação Básica.

É neste sentido que o objetivo deste artigo é analisar as mediações econômicas, políticas e ideológicas entre o neoliberalismo e o ideário do empreendedorismo, considerando mais especificamente, ao fim, as repercussões dessas mediações na educação. Nesta busca, inicialmente caracterizamos o processo de reestruturação produtiva e as configurações sociais e econômicas no capitalismo contemporâneo.

No desenvolvimento do artigo, analisamos o ideário do empreendedorismo e suas mediações com o neoliberalismo, realizando pesquisa bibliográfica e documental sobre teóricos do campo pró-empresendedorismo. Neste sentido buscamos confrontar o que dizem os mesmos, intercalando com abordagens críticas do trabalho e da educação no capitalismo contemporâneo. Ao final do artigo, relacionamos como o empreendedorismo se situa na política educacional de forma concreta, articulando os elementos empíricos com as diretrizes e políticas globais do neoliberalismo, enquanto totalidade hegemônica da atualidade.



RELISE

119

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, AS RELAÇÕES DE TRABALHO DOMINANTES NAS ÚLTIMAS DÉCADAS E A PEDAGOGIA DO CAPITAL FLEXÍVEL

Foi nas fábricas que, a partir dos anos 1980, começou-se a falar de noções, conceitos e categorias como trabalho em equipe, produção enxuta, foco nos resultados e demandas etc. Trata-se da reorganização do trabalho proveniente da substituição do taylorismo-fordismo pelo toyotismo, cuja base é a produção industrial.

Com o decorrer dos anos, somaram-se aos princípios acima citados outras palavras-chave como flexibilização, terceirização, liderança, *empreendedorismo*, tomada de decisões, qualidade total, competitividade, multifuncionalidade, empregabilidade, iniciativa, proatividade etc.

Sobretudo, é imprescindível considerar que estes princípios e práticas oriundos do toyotismo ultrapassaram as fábricas e alcançaram as relações de trabalho não-industriais, tais como serviços e comércio, burocracia privada e estatal, bancos, microeletrônica, saúde, publicidade etc. (PINTO, 2010; HARVEY, 2003). Segmentos que hoje dominam as vagas no mercado de trabalho, os quais cresceram paralelamente à expressiva diminuição de empregos na indústria juntamente com o crescimento de novas tecnologias de produção, informação e comunicação.

Essa ocorrência é tanto por preconizar-se uma produtividade vinculada a eficiência e rapidez, quanto pelo centramento dessa perspectiva na dimensão intelectual e relações interpessoais do trabalho. São os atributos pedagógicos dos *homens de negócio* (FRIGOTTO, 2000). Esses princípios e noções são elementos da hegemonização, no Brasil, de uma “pedagogia do capital flexível” (BARBOSA, 2014), espectro pedagógico vinculado ao conjunto de paradigmas emergentes com o neoliberalismo e a acumulação flexível. Encaixa-se como a



RELISE

120

“nova pedagogia da hegemonia” do neoliberalismo (NEVES; SANT’ANNA, 2005).

É um universo semântico e pedagógico que visa naturalizar a intensificação da exploração do trabalho via aumento de responsabilidades (multifuncionalidade), numa perspectiva de exigências cada vez mais intelectuais e comunicacionais, interativas e interpessoais para cada trabalhador. “Expectativas de aprendizagem” da nova ordem do trabalho, as quais remetem ao aprofundamento da subordinação do trabalho ao capital, quando o trabalhador tem que pensar, além de fazer, pelo capitalista (ANTUNES, 2002, p. 40). Em tempos de desemprego, precarização e espoliação acentuada, trata-se de uma “Pedagogia da exclusão” onde:

A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para os empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes educacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2013, p. 430).

Isto em tempos onde a preocupação principal dos trabalhadores deixa de ser “como ampliar direitos?” e passa a ser “como encontrar emprego?” (CIAVATTA; FRIGOTTO, 2006, p. 57). É uma lógica de “educação para o desemprego”, dentro da qual evidenciamos duas categorias: “empregabilidade” e “empreendedorismo”.

A empregabilidade é o fator-chave e capacidade competitiva do indivíduo para o alcance de uma profissão - e sua manutenção nela. “Diferencial” necessário para a conquista da vaga no mercado de trabalho excludente do neoliberalismo. Para tal, deve-se agir de acordo com as exigências seletivas do mercado e o sucesso ou insucesso depende de esforço próprio, pela via individualista da qualificação, da meritocracia calcada na concorrência. Naturalizam-se estruturantes do desemprego, passando ao largo de questões



RELISE

em torno das contradições e exclusões econômicas, políticas e sociais, tendo o sujeito que se adaptar a elas, na

necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra-fetiche que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 347)

Mas se ainda assim não conquistar a difícil vaga profissional, há outras alternativas: “gerir o próprio negócio” e assim ter a possibilidade de “crescer”, inclusive tornar-se rico em um futuro possível. Eis a “oportunidade” para que os sujeitos cresçam como “homens de negócios”: *o empreendedorismo*. Diante da diminuição dos empregos formais há o incentivo à terceirização, desregulamentação de direitos, competição, aumento do subemprego e *part-times*⁵, informalidade etc. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 335).

São duas noções interligadas

[...] que foram aparecendo no vocabulário social e educacional e que incidem política e ideologicamente na hipertrofia do individualismo [...]. No contexto da produção flexível, amplia-se a substituição de trabalhadores por capital morto e extinção e a flexibilização de direitos, não cabe garantir o direito ao emprego. Trata-se de educar para a *empregabilidade* e esta depende de cada um. Também desaparece do vocabulário social e pedagógico o termo *qualificação*. Esta estava ligada a emprego e ao um conjunto de direitos dos trabalhadores os quais contavam com sindicatos fortes que defendiam seus interesses. O empregável forma-se por *competências* e estas são aquelas requeridas pelo mercado. O trabalhador, individualmente, que busque estar atento ao que o mercado espera dele. Por consequência quem deve, de forma gradativa, orientar, inclusive as escolas estatais públicas, os currículos, os conteúdos e os métodos de ensino e de avaliação são institutos vinculados aos setores produtivos privados. Mas se o desejo for ser patrão de si mesmo, o recado cínico é: busque ser *empreendedor* (FRIGOTTO, 2015, p. 221. Grifos do autor.)

Exige-se essencialmente do trabalhador do comércio e serviços, por exemplo, capacidade de decidir, comunicar-se bem, resolver problemas e

⁵ Jornadas de trabalho realizadas em meio período.



RELISE

122

desenvolver habilidades intelectuais diversificadas. Deve saber lidar com imprevistos, em funções cada vez mais polivalentes (multifuncionais) e ter muitas responsabilidades, seja no âmbito da interação com clientes ou fornecedores, seja para atingir metas e resolver problemas burocráticos. Responsabilidades que são exigências nas avaliações de admissão nas empresas, via “horizontalização” de responsabilidade que aparecem sob forte controle e pressão por resultados, quando a melhoria da produtividade e qualidade do trabalho deve partir dos postos operatórios (PINTO, 2010). Dimensão intelectual e decisória que por certo é relativamente limitada no trabalho assalariado, pois subordinada aos objetivos de produtividade e lucro centralizados nas decisões dos proprietários das empresas. São “princípios de gestão” constantemente exigidos nos postos de trabalho do comércio e serviços, os quais tem espaço fértil no ideário do empreendedorismo.

Concomitante, as denominadas “habilidades socioemocionais” destacam-se nos currículos da pedagogia e na cultura empresarial, via termos como “empatia”, “autocontrole”, “identidade pessoal”, “resiliência”, “perseverança”, princípios de convivência interpessoal. Há uma maior psicologização (burguesa) da formação para o trabalho, limitada e vinculada aos condicionantes das relações de mercado no capitalismo flexível, à necessidade do indivíduo demonstrar-se “obstinado” (motivado) frente aos obstáculos e desafios pessoais, financeiros e profissionais. Uma perspectiva centrada no “eu”, individualista, pautada pela adaptação a situações de adversidade, na convivência do sujeito com pessoas diferentes. A resiliência diante de situações difíceis – como o desemprego - é alçada a fator positivo.

O desemprego estrutural elevado faz crescer parcelas expressivas de trabalhadores na busca de sobrevivência na informalidade e na subcontratação. Temos como exemplo ambulantes, pequenos comerciantes de toda forma de



RELISE

123

comércio e serviços. São diversas as atividades componentes da atual morfologia do trabalho brasileira:

Cujo elemento mais visível é o desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que afetaram o capitalismo nas últimas décadas. Nova morfologia que, no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural clássicos até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários. Nova morfologia que presencia a ampliação do número de proletários do mundo de serviços e do agronegócio, de que são exemplos também as trabalhadoras de telemarketing e call-center, além dos digitalizadores que laboram (e que também se lesionam) nos bancos e que se desenvolveram na era digital, da informática e da telemática, dos assalariados de fast food, dos trabalhadores jovens dos hipermercados, dos motoboys que morrem nas ruas e avenidas, usando suas motocicletas para transportar mercadorias etc. (ANTUNES, 2018, p. 135).

Realidade com forte presença em oferta de serviços nas plataformas digitais, tanto nas redes sociais como o Facebook e Instagram, quanto na “uberização do trabalho” relacionada à “economia digital” muito presente nos aplicativos de celulares. Em entrevista, Ludmila C. Abílio (2017, p. 20-21) relaciona como a uberização do trabalho vincula-se aos processos de precarização intensificados nos últimos anos, mas que estão em curso há décadas, pela

eliminação de direitos do trabalho, seja na eliminação das barreiras ao fluxo do capital, trata-se do desemprego e de uma perda de formas do trabalho, além de mudanças na subjetividade do trabalhador. [...] O trabalhador é um nanoempreendedor, e a empresa não é uma empregadora, mas uma parceira, não há qualquer tipo de contrato de trabalho, nem mesmo de prestação de serviços. Este trabalhador passa a ser definido como um microempreendedor, que tem liberdade sobre seu próprio trabalho, que não tem patrão, que administra sua própria vida para sobreviver. Um trabalhador que arca ele próprio com os riscos, com uma série de custos, e não conta com os direitos que vinham associados à exploração de seu trabalho. O professor Ricardo Antunes refere-se à sociedade da terceirização total, é isto que está em jogo (ABÍLIO, 2017, p. 20-21).

Percebemos então que a “uberização”, bem delineada acima, estabelece-se na apropriação do trabalho de “nanoempreendedores” por empresas detentoras de plataformas digitais de comunicação numa logística que



RELISE

expropria um percentual da venda do serviço ou comércio realizado pelos indivíduos. Trata-se de capital transnacional localizado nos aplicativos digitais de massa, que encontra terreno no desemprego, devido à massiva força de trabalho desempregada. Sinteticamente, a uberização é uma mediação do trabalho recente atrelada à economia digital, mas que atualiza relações de trabalho precarizadas que existem há décadas.

Fontes (2017) identifica a “uberização” partindo do exemplo da empresa Uber como parâmetro de identificação das renovadas formas de subordinação e expropriação de força de trabalho, que já existiam, mas “passaram a se disseminar e a assumir papel de destaque: o trabalho por peças, trabalho a domicílio, os estágios (período complementar à formação educativa, em diversos níveis) e as empresas de alocação de mão de obra (terceirização genérica)” (FONTES, 2017, p. 53).

São as diversas formas de reorganização produtiva no plano de uma “heterogeneidade da sobrevivência” da classe trabalhadora frente à conjuntura econômica adversa e oriunda do processo de reestruturação produtiva do capital corrente nos últimos 40 anos, cujos desdobramentos são de amplo desemprego, desregulamentação do trabalho, subcontratações, privatizações, terceirização, precarização, subempregos, informalidade etc.

Neste espectro está o crescimento dos “freelancers”: serviços específicos (outrora realizados por assalariados contratados por empresas) cuja remuneração é pela produção ou serviço realizado. Situa-se no conjunto de relações que

aceleram a transformação da relação empregatícia (com direitos) em trabalho isolado e diretamente subordinado ao capital, sem mediação contratual e desprovido de direitos. Antes como depois, o interesse central do capital prossegue sendo a extração e a captura do mais-valor (FONTES, 2017, p. 55).



RELISE

125

E neste contexto o ideário do empreendedorismo torna-se uma chave-mestra ideológica, principal elemento de “consenso” para as relações sociais de produção sob a hegemonia do neoliberalismo acima delineadas. É partindo desta compreensão que abordaremos, a seguir, caracteres gerais do empreendedorismo, enquanto sínteses de uma pesquisa e análise bibliográfica de autores (alguns centrais) do tema. Preceitos constitutivos da propagação do ideário empreendedor nos diversos espaços educativos, institucionais, formais e informais, midiáticos, nas redes sociais etc. Iremos abordá-los criticamente, confrontando-os, buscando mencionar seus nexos com as relações de trabalho e societais estruturadas no neoliberalismo.

O IDEÁRIO DO EMPREENDEDORISMO NA LITERATURA DOS “HOMENS DE NEGÓCIO”

Esta seção aborda os principais e recorrentes conceitos, paradigmas e discursos que envolvem o “ideário empreendedor”, através de sínteses do que proferem autores situados neste campo.

Neste sentido, elucidamos alguns elementos de destaque no empreendedorismo, confrontando aquilo que dizem os teóricos desta área com nossos referenciais críticos, situados no campo do materialismo histórico-dialético marxista. Buscaremos um movimento de contraposições entre: 1. O que dizem os autores ou perspectivas que defendem ou estimulam o empreendedorismo; 2. Apontamentos e críticas acerca dos nexos entre o ideário analisado e neoliberalismo. Como resultado, chegamos a cinco tópicos temáticos gerais relacionadas ao empreendedorismo. Vamos a eles nas páginas que seguem.



RELISE

Individualismo e o empreendedorismo como base do desenvolvimento econômico

Um primeiro e central aspecto na teoria analisada trata-se do *individualismo econômico* muito presente, quando considerações sobre trabalho e formação para o trabalho são fortemente limitadas à ação do indivíduo, noções de meritocracia e competição no mercado. Para Chiavenato (2007), por exemplo, o (indivíduo) empreendedor é o responsável pelo acontecimento econômico, tendo três capacidades: 1. Necessidade pessoal de realização; 2. Disposição para assumir riscos; 3. Autoconfiança para enfrentar os entraves, problemas. Com as habilidades empreendedoras o indivíduo transforma ideias em realidade, devendo ter criatividade, imaginação e perseverança para transformar uma ideia simples em algo realizável e bem sucedido no mercado. Assim, a caracterização do empreendedorismo se circunscreve de forma limitada às capacidades *individuais* do sujeito no mercado.

É uma perspectiva *atomista da economia e da sociedade* que: 1. Coloca o peso das limitações, contradições e exclusões do mercado e da conjuntura sob as costas dos indivíduos; 2. Repercute na ideia de que a realidade econômica é resultado abstrato das ações econômicas dos indivíduos, sendo o mercado ou a sociedade somatórios de práticas econômicas individuais, alçando o *empreendedorismo enquanto base para o desenvolvimento econômico* do país.

Algo claro quando Aidar (2007, p. 3-4) diz: “[...] o desenvolvimento econômico, especialmente nos países emergentes, dependerá cada vez mais de um aumento da atividade empreendedora”. Franzini *et al.* (2006) dizem que o desenvolvimento econômico de uma sociedade tem influência do crescimento de uma cultura empreendedora: quanto mais cidadãos com características empreendedoras, maiores as chances de uma sociedade se desenvolver economicamente. Gomes *et al.* (2014) colocam o empreendedorismo como



RELISE

necessidade para o desenvolvimento nacional, pautando por uma “pedagogia empreendedora” com inserção na Educação Básica.

Logo, assim seria possível gerar crescimento econômico e novos empregos, na ideia de que o desenvolvimento econômico estrutural nacional seria basicamente resultante das milhões de iniciativas econômicas individuais: formando empreendedores em massa, o desenvolvimento acontece.

Esses discursos têm origem em princípios liberais clássicos que permanecem atualizados entre neoliberais, como bem destrinchado a seguir:

A matriz teórica da ideia do empreendedorismo é o pensamento liberal clássico. Por exemplo, em Adam Smith encontramos a valorização do homem frugal e industrioso; em John Locke localizamos a aposta no interesse individual como a origem do bem comum. Aprimorando tais elaborações, outros autores vão colaborar com a ideia do empreendedorismo. Walras propõe a compreensão do sistema econômico a partir das ações individuais. Schumpeter desenvolve a ideia de que as inovações que dão movimento ao capitalismo (processo de destruição criativa) resultam das iniciativas dos agentes econômicos (Carneiro, 1997). Mais recentemente, atualizando a corrente clássica, autores como Hayeck e Friedmann vão reafirmar o individualismo como a mola propulsora do desenvolvimento e ratificar o pressuposto de que os interesses do capital e do trabalho se identificam e seus antagonismos inexistem. A apropriação desses princípios liberais é condição para a elaboração dos autores que vão se dedicar ao tema do empreendedorismo (CEA; LUZ, 2006, p. 83)

Neste universo ideológico, a adversidade aparece como dada ou estabelecida, a ser “enfrentada”, noticiando-se a necessidade de gerir pequenos negócios apenas de modo positivo. A definição do empreendedorismo enquanto “solução” ou “alternativa necessária”, base para o desenvolvimento econômico, existe numa dimensão em que a falta de empregos e postos de trabalho é “naturalizada”, não havendo menções críticas sobre questões estruturais econômicas que provocam exclusão e desemprego. Frente a este, o empreendedorismo é colocado enquanto “salvador”, “propulsor da economia” para geração de empregos e crescimento econômico. Inverte-se a lógica, não considerando que a “necessidade de empreender” seja resultante do problema



RELISE

negativo do desemprego e da precarização do trabalho⁶. Ficam omissas questões conjunturais econômicas e históricas que, por exemplo, repercutem no desemprego e precarização, as quais permitissem entender “o empreendedor” (e sua necessidade) não só como característica individual (aporte ou não de criatividade e inovação pelos sujeitos), mas como sobrevivência de trabalhadores excluídos de condições dignas e estáveis de trabalho.

Cada trabalhador desempregado é estimulado a “gerir sua pequena empresa ou seu negócio individual” e competir no mercado. Neste aspecto, Aidar (2007, p. 4) coloca a necessidade de existirem novos negócios, inovadores, para haver desenvolvimento econômico sustentável no Brasil.

Desenvolvimento este que deve ser pautado na “administração empreendedora”, destacando-se que empreender não é estritamente a mesma coisa que administrar – aparece como “administrar com inovação e criatividade”. O limite disso é que na teoria analisada o referido conceito aparece, em última instância, restritamente associado à gestão de projetos e empresas capitalistas. Inovar e criar para o capital, via trabalho alienado. O que abordaremos no tópico seguinte.

Empreendedorismo como administração empresarial “inovadora”: formação pelo olhar capitalista para a gestão da propriedade privada

Duas coisas que aparecem em todas as definições do conceito de empreender são as categorias inovação e criatividade. A maior parte dos autores usam o conceito de empreender de Schumpeter (1988), que está relacionado ao “inovar” como condição para transformações econômicas, criação de novos negócios. Isto é feito separando a figura do empreendedor do administrador,

⁶ Abordaremos de modo mais aprofundado a ideia de empreendedorismo como solução e alternativa ao desemprego (ou ideologia da precarização) em uma das próximas seções deste artigo.



RELISE

129

quando ao primeiro está associada a categoria da inovação e da mudança; e ao segundo tem-se a atividade de organização e controle do processo econômico. (AIDAR, 2007; DORNELAS, 2005; SARKAR, 2008; LAPOLLI & FRANZONI, 2009 etc.).

Dornelas (2005, p. 37-38) define o empreendedor como o indivíduo que

detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. Em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor: 1. Iniciativa para criar novo negócio e paixão pelo que faz; 2. Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive; 3. Aceita assumir os riscos e possibilidade de fracassar.

Ainda com Dornelas (2004) vemos que o empreendedorismo é tido como uma ação orientada para “algo novo, diferente”, uma mudança de uma determinada situação, onde o ator econômico procura novas oportunidades de mercado, tendo como foco a *inovação*. De modo semelhante, praticamente sinônimo, Gomes *et al.* (2014) dizem que a atividade empreendedora deve ser realizada por sujeitos que devem ser criativos e inovadores, potencializando novas ideias e negócios, algo repetido em praticamente todos os textos que buscam definir o empreendedorismo.

Ainda que se diga que o empreendedorismo não é um mero sinônimo de administração de empresas ou atividades econômicas, pois requer elementos de inovação e criatividade para sê-lo, ele aparece sempre vinculado, na literatura analisada, à administração empresarial. Assim, o “empreender” mostra-se sempre acoplado à gerência de propriedades capitalistas ou atividades mercantis. Identificamos, por exemplo, que Dornelas (2008) elabora mais da metade do livro discutindo plano de negócios e constituição de uma empresa no plano burocrático-formal. Mirshawka (2004) traz, para além do conceito de empreender, elementos e procedimentos gerenciais, planejamento empresarial administrativo.



RELISE

Aidar (2007) refere-se ao plano de negócios como “a ferramenta do empreendedor” – substituindo-se facilmente “empreendedor” por “administrador” sem haver distorções de sentido. É praticamente unânime em toda a literatura analisada neste estudo a existência de capítulos com definição de plano de negócios, este com uma linguagem atrelada à administração de empresas em sua atuação no mercado neoliberal (FIALHO *et al.*, 2007; SARKAR, 2008; HASHIMOTO, 2009; MARIANO; MAYER, 2011).

Empreender segue-se então como administrar (com inovação e criatividade) uma propriedade privada, um negócio capitalista, gerir trabalho alienado, atualmente sob os moldes do capital flexível/neoliberalismo. Essa proeminência da gestão empresarial não existe por acaso, dado que a propriedade privada (empresa) é fator essencial e determinante para a realização do trabalho alienado, vinculando-se diretamente a este - um dos desdobramentos do mesmo, ao lado da divisão social do trabalho e da mercantilização do trabalhador (BAVARESCO; LUZ, 2010).

Estamos diante de uma teoria da administração de empresas capitalistas com princípios de criatividade e inovação, mas estes sempre tratados num sentido abstrato, focados na ação individual do administrador/empreendedor. Criatividade e a inovação são elementos essenciais, porém como adereços diferenciais para “um administrador/capitalista com algo mais”. Caso seja assalariado, esse algo mais pode ser relacionado ao seu *plus* competitivo ou de empregabilidade - e não proprietário. Caso seja desempregado ou informal, o imperativo é exercido na necessidade de “ser criativo e inovador” para sobreviver e encontrar um lugar no mercado.

Disto decorre que o trabalhador é demandado a ser criativo e inovador “para o capital, para o mercado, para o trabalho alienado”, não tendo dele, se subordinado a uma empresa, a concepção efetiva dos produtos, do que e do como produzir. Não é o proprietário ou gestor do processo de trabalho, sua



RELISE

131

criatividade e inovação estará alienada e condicionada à aprovação de instâncias superiores, estas vinculadas às prerrogativas de lucro da linha diretiva da empresa. Trata-se de mais uma forma de exploração de trabalho intelectual e prático que funciona sob pressão aos trabalhadores em diversos ramos de trabalho atuais. Precisa ser criativo e inovador para o alcance de metas, e tal processo ocorre sobre ele como uma imposição mercantil e exploração de sua criatividade. Logo, *inova e cria* para seguir as demandas de empresas (de publicidade, serviços, comércio etc.), dentro de um

envolvimento cooptado que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar e agir* para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução do processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e do como produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadora (ANTUNES, 1997, p. 34).

Se precisa sobreviver no mercado em pequenos negócios, serviços, atividades informais e desregulamentadas, “inovação e criatividade” também se impõem como pressões, exercidas pela competição econômica com outros trabalhadores e pelas empresas médias e grandes que são fornecedoras dos produtos - muitas vezes, são suas concorrentes. Coloca-se sobre milhões de sujeitos a responsabilidade de “serem criativos e inovadores” no sentido de tirar da cartola projetos de sobrevivência. Uma perspectiva ideológica vinculada ao desemprego e precarização do trabalho.

Não são trabalhos exemplos de como a produção humana pode ser criativa e inovadora fora do mundo dos negócios corporativos burgueses. Em direção oposta, entendemos que gestão e administração de processos de trabalho podem ser criativas e inovadoras em diferentes configurações produtivas (sem que estejam vinculadas diretamente à perspectiva do lucro), em empresas e instituições públicas, voltadas para interesses sociais, comuns a



RELISE

132

toda sociedade: no trabalho produtivo, pedagógico, científico e acadêmico, artístico, doméstico, político etc. Mas no ideário do empreendedorismo não existem exemplos de “empreendimentos” que não sejam empresas capitalistas (tais como institutos, empresas e organizações públicas), ou que não estejam relacionados, em última instância, a uma marca ou corporação. O onipresente é a gestão da propriedade privada, a capitalização do processo produtivo.

E, apesar de haver diferenciação entre empreender e administrar, geralmente esses termos são facilmente confundidos um pelo outro, como sinônimos. Apenas abstratamente relaciona-se criatividade e inovação em sentido que não esteja dentro de uma empresa capitalista.

Orientado estritamente para a administração capitalista, o ideário do empreendedorismo aloca-se estritamente numa perspectiva do mercado neoliberal, manual de como tornar-se um capitalista ou como formar-se um trabalhador que reproduz em seu trabalho os interesses do capital - mesmo numa função de assalariado, visto que deve trabalhar a reproduzir os objetivos e interesses do capital como seus. Neste aspecto, uma categoria que visa reproduzir interesses do capital pelos trabalhadores é o “intraempreendedorismo”.

A “camisa da empresa”: empreendedorismo corporativo ou “intraempreendedorismo”

A ideia de *intraempreendedorismo* consiste no trabalhador, independentemente de seu cargo numa empresa, reproduzindo práticas e valores ligados aos pressupostos do empreendedorismo. Trata-se da prerrogativa de que inovar, criar e exercer liderança, dentre outros, podem ser exercidos por qualquer pessoa. Neste sentido,

pode-se definir *intraempreendedorismo* como sendo a possibilidade que as pessoas possuem de empreender dentro das próprias organizações em que trabalham. No conceito de



RELISE

133

intraempreendedorismo, o funcionário não necessita abandonar a organização em que trabalha para colocar em prática suas ideias ou dar asas para o seu espírito empreendedor (FIALHO *et al.*, 2007, p. 45)

Assim, qualquer trabalhador pode ser um intraempreendedor, enquanto agente de mudanças, capaz de promover aprendizado e inovação na organização, alguém que assume a responsabilidade de transformação de uma ideia em projeto lucrativo (FRANZONI; LAPOLLI, 2009).

Hashimoto (2009) descreve empreendedores como aqueles que “pensam fora da caixa” e, ao falar de intraempreendedorismo, dá um exemplo de um funcionário que buscava uma solução para um problema interno dentro da empresa onde trabalhava, que tomou a atitude individual de trabalhar por noites de folga e finais de semana, apresentando um projeto em estágio avançado de trabalho. A atitude hipotética foi dada como de proatividade e iniciativa. Percebemos aqui certo nível de abstração e redução dos conceitos a situações de indivíduos com estratégias e soluções em relações corporativas. Mais ainda, o exemplo dado acima preconiza uma iniciativa de trabalho não-remunerado como positiva, indo ainda mais além das relações de exploração já estabelecidas, colocando o esforço e subordinação do indivíduo aos interesses lucrativos da empresa a ponto de justificar a perda de tempo livre e descanso de um trabalhador realizando atividades não remuneradas.

Decorre-se que o intraempreendedorismo é o “algo mais” do trabalhador para além das relações de exploração estabelecidas, potencializando mais-valia pela motivação e iniciativa individual, inclusive através de trabalho não-remunerado, por uma suposta recompensa (tornar-se sócio do projeto na empresa) para quem ousar ser inovador, criativo, “pensar fora da caixa” etc.

Neste sentido, temos exemplos de como o trabalhador é orientado a ser “flexível, polivalente e dotado(a) de habilidades e competências para superar outros(as) trabalhadores(as) e acelerar a competitividade no mercado em nome



RELISE

do lugar que trabalha, convidado a vestir a camisa de sua empresa” (FONSECA, 2006, p. 205).

Muitas vezes a “recompensa” dada ao trabalhador é pura e simplesmente “manter-se no emprego”. Dado que vivemos em um tempo em que a preocupação há décadas deixou de ser “como ampliar direitos” e passou a ser “como conseguir empregos” (CIAVATTA; FRIGOTTO, 2006, p. 57).

Segundo Sarkar (2008), o intraempreendedorismo envolve uma busca do potencial de inovação e criatividade internamente, na empresa, incentivando ao desenvolvimento, nos trabalhadores, de tais potenciais “diferenciais” que gerem resultados promissores ligados a novas configurações de produtos e de mercado. Trata-se do desenvolvimento de uma “cultura empreendedora” dentro de uma empresa/organização, pelos trabalhadores.

Essa noção direciona-se ao aprofundamento da subordinação do trabalhador à alienação do trabalho no neoliberalismo, via assimilação da cultura capitalista e objetivos da corporação, assumindo diversas responsabilidades de gestão em suas atividades laborais, mesmo como assalariado. No plano prático há produtividade via metas excessivas, multifuncionalidade etc. Ideologicamente são justificadas retiradas de direitos, competição interna entre trabalhadores, diminuição de postos de trabalho, terceirização, flexibilização das relações de trabalho pela naturalização do desemprego e das condições do mercado.

O empreendedorismo como a alternativa ao desemprego (ou “ideologia da precarização”)

Mencionamos em linhas anteriores que o empreendedorismo é comumente pautado como “a alternativa” ou “a solução” ao desemprego. Desempregados são estimulados a competir como *autônomos*, com pequenos e médios negócios. Neste aspecto, a literatura (neo)liberal pró-empreendedorismo acaba naturalizando trabalho informal, desregulamentação e precarização do



RELISE

trabalho, competição etc. Para os autores deste campo, é a partir da fomentação do empreendedorismo nas pessoas que podem ser criadas alternativas ao desemprego, gera-se inovação, impulsiona-se o crescimento econômico dos países e, também, desenvolvem-se empresas, que começam pequenas, mas podem tomar formas de sucesso.

Dornelas (2005, p. 28) caracteriza os tipos de empreendedorismo em dois, O “empreendedorismo de necessidade” é aquele em que o indivíduo “se aventura na jornada empreendedora por falta de opção, por estar desempregado e falta de alternativas de trabalho”. Este tipo difere do “empreendedorismo de oportunidade”, que é a atividade em que o empreendedor é visionário, sabe onde quer chegar, com planejamento prévio, tem em mente o crescimento da empresa e a geração de lucros e enriquecimento. O primeiro tipo está, para Aidar (2007), relacionado ao “auto-emprego” - o sustento do empreendedor e sua família. Já os “empreendedores de oportunidade” vão além das necessidades de sobrevivência.

Vejamos nestas caracterizações evidências do caráter abstrato dessas definições, que parecem encerrar em si suas características, nunca relacionadas ou mediadas por aspectos políticos e econômicos mais amplos. Desemprego, exclusões, contradições, conflitos e diferenças de classe não são consideradas na formulação dos conceitos; elementos estruturais da economia capitalista em sua complexidade e contradições estão ausentes.

São elementos de reprodução do que Ciavatta e Frigotto (2006, p. 58) denominam por “imperialismo simbólico” do capital no neoliberalismo: um “inferno semântico” de deturpação de conceitos, omissões de questões estruturais basilares dos fenômenos sociais. Onde o mercado é o parâmetro de tudo, toda formulação é pautada entre ação individual e adaptação à competição no mercado. Neste sentido,



RELISE

136

[...] o indivíduo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo. Empurrado pelas alterações nas regras das relações trabalhistas, o livre mercado passa a ser a única possibilidade de que ele exercite a sua “liberdade” de ser bem-sucedido – em confronto com seus semelhantes – sem interferências do Estado (e dos sindicatos). Ao eliminar direitos sociais, transformando-os em serviços a serem adquiridos, o neoliberalismo derruba a proteção social, que tornou o trabalhador mais exigente (e mais caro) frente ao empresário – exatamente por contar com proteção social do Estado (p. ex. saúde, educação, previdência, leis trabalhistas). Desprotegido, o trabalhador fica acaba por ser obrigado a aceitar as imposições do mercado (FREITAS, 2018, p. 24).

Há uma relação profícua entre o empreendedorismo e as novas formas de precarização do trabalho, sendo ele em parte uma nova forma dessa precarização laboral, pois reforça a fragilização dos vínculos de regulamentação salarial. Manifestando-se de diferentes formas, ele é colocado para o sujeito, cercado de condições não favoráveis, como uma fuga ao processo de exclusão do mercado de trabalho (AQUINO *et al.*, 2016, p. 217-218).

Em síntese, na literatura pró-empendedorismo o viés individualista da ação empreendedora desconsidera condicionantes e determinações político-econômicas, estruturais etc. que regulam, limitam incidem sobre a ação econômica individual. Coloca-se sobre o trabalhador todo o peso das exclusões políticas, econômicas e sociais - negando a ele uma compreensão sócio-histórica mais ampla acerca da economia política e das contradições do capitalismo, justificando-as. Incentiva a competição no sujeito, seja como candidato a uma vaga assalariada no mercado; seja como autônomo, pequeno comerciante etc. O sucesso ou o fracasso do indivíduo, como proletário ou como capitalista, é visto meramente como resultado de suas habilidades, ações individuais. A literatura do empreendedorismo é vasta nestes exemplos. O mercado é imperativo, as exclusões são naturalizadas, a situação do indivíduo colocada como resultado de suas ações individuais per si. Tudo está dentro do



RELISE

137

mercado (e do ideário empreendedor) - inclusive as temáticas no campo da política/cidadania, como veremos a seguir.

Empreendedorismo e cidadania liberal: empreendedorismo social, sustentabilidade, voluntariado, identitarismo de mercado

O ideário do empreendedorismo também é terreno de paradigmas situados no campo da política, da ética e da cidadania. Com crivo (neo)liberal, aprisiona, sob o limite do trabalho alienado e das relações capitalistas, discursos vinculados a noções de justiça social, ambiental etc. Isto, no plano de temáticas como: empreendedorismo social, responsabilidade social, sustentabilidade, voluntariado etc.

Como autor situado nesses limites, Anastacio (2018) busca por exemplo apresentar articulação entre “empreendedorismo social e inovação” com o tema socioambiental no plano das empresas e do mercado, com soluções propostas e caracterizações de diversas maneiras de desenvolver e organizar ações sociais de mitigação de problemas ambientais, pelo escopo paradigmático do “empreendedorismo social”, da “responsabilidade social” e do “voluntariado”, com limites bem estabelecidos dentro da ordem de dominação burguesa, tais quais o financiamento de projetos sociais e ONG’s como estratégia de marketing pelo termo “responsabilidade social”.

A apologia ao voluntariado é outro ponto forte no ideário empreendedor, pois constitutiva do neoliberalismo no que se refere à funcionalidade do trabalho voluntário ao capital dentro da lógica de reforma do Estado preconizada pela transferência das responsabilidades que deveriam ser do poder público para a sociedade civil, o que torna o papel daquele secundário apelando-se para as ações voluntárias (GOMES, SILVA, 2011). Assim corrobora-se para a desresponsabilização do Estado quanto aos direitos dos trabalhadores mais pobres, que ficam dependentes da filantropia, da ação voluntária de



RELISE

138

organizações não governamentais. O que resulta em políticas sociais desarticuladas, de caráter transitório - sem garantias de continuidade, dependentes de doações e fundos oriundos do capital privado (AFFORNALLI, 2015).

Indo além, nos últimos anos o ideário do empreendedorismo tem se apropriado de pautas de opressão localizadas em movimentos sociais, buscando abarcar temáticas de gênero, raça, LGBTQIA+ e, inclusive, classe social. As nomenclaturas através das quais podemos localizá-los são “empreendedorismo LGBT”, “empreendedorismo feminino/feminista”, “afroempreendedorismo”, “empreendedorismo na periferia” etc. Muito mais presente em sites, redes sociais e no jornalismo, há apropriação destas pautas - importantes na atualidade - pela perspectiva do lucro e do mercado, limitando o conteúdo político inerente às mesmas aos desígnios do trabalho alienado e sociometabolismo do capital.

Discursos e práticas relacionadas às identidades sociais consolidam-se como objeto de mercado, estimulando as pessoas a desenvolverem pequenos negócios associados ao “empoderamento” e “visibilidade” identitária, podendo usar da “representatividade” uma “marca” a ser vendida e consumida, um marketing político que contribui para que as pessoas sejam respeitadas, para menos desigualdade e mais justiça. Como sempre, o critério estabelecido é o mercado, o consumo, a aceitação particular do indivíduo (negro/a, mulher, LGBT, periférico) na sociedade.

Referindo-se ao público LGBTQIA+, numa linguagem que serve às demais pautas de identidade, o SEBRAE (2019) intitula um ensaio com a pergunta: “O que significa LGBTQ+ para os negócios?” No documento, o instituto destaca o poder de consumo das pessoas LGBT, associando isto a “inclusão” e “responsabilidade social” por parte de empresas. O mesmo ocorre sobre as demais pautas. Como outro exemplo, no âmbito antirracista temos o livro “O lado



RELISE

139

negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e Black Money” (SANTOS, 2019). Poderíamos elencar outros variados casos em ensaios, artigos intervenções publicitárias, matérias de jornalismo etc. situados no plano de categorias de opressão e identidade apropriadas pela hegemonia neoliberal sob o prisma do ideário do empreendedorismo: como vender ou consumir produtos, como a estética identitária pode ser lucrativa, representativa e gerar “empoderamento” nas pessoas.

Nossa crítica não se refere à necessidade ou ao uso dos elementos de identidade para o trabalho ou sobrevivência no mercado, à prática de trabalhadores e trabalhadoras em si que colocam sua criatividade e seus talentos, os frutos de seu trabalho, à venda no mercado. Trata-se sim de destacar os limites e restrições, omissões de questões estruturais importantes, impostas pelo ideário empreendedorismo tal como ele se apresenta e é analisado neste artigo.

Nesta perspectiva, uma mulher, negra e LGBT numa periferia é associada fundamentalmente ao direito de ser aceita por “ser quem se é”, quando o direito e liberdade relacionados a sua identidade restringe-se à possibilidade de representar ou ser representada socialmente, consumir ou vender uma (ou sua) estética, concorrer no mercado, participar das relações capitalistas. Omite-se e são negligenciadas, na hegemonia neoliberal onde se situa o empreendedorismo, questões político-econômicas no plano das desigualdades estruturais, situadas na ordem do Estado e da garantia de direitos regulamentados e financiados pelo Estado (direitos trabalhistas, educação, assistência social, saúde, saneamento, previdência etc.) ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras - inclusive regulamentação de direitos em específico para negros, negras, LGBTQIA+, indígenas etc. Limitando ao mercado e ao plano individual, o empreendedorismo dissimula progressismo pela via de transformação (limitada na aparência) destas pautas em objeto de



RELISE

140

mercado, ou no apelo ao “voluntariado” ou “empreendedorismo social” como alternativas restritas às boas intenções e doações de empresas e indivíduos.

Mészáros (2008) diz que as preocupações de ordem política e econômica, quando limitadas objetivamente pelo sociometabolismo da ordem capitalista, são incapazes de dissecarem as raízes das questões, pois não se dirigem às causas (estruturais) dos problemas e questões sociais, ambientais. Isso restringe a compreensão aos efeitos, discorre-se sobre a aparência, sem agir na essência dos fenômenos sociais. Neste sentido, muitas práticas de “ativismo social” com as melhores das intenções (e que provoquem inclusive alguns avanços), quando situadas nos limites das próprias pautas, são presas fáceis para a perspectiva do empreendedorismo. Inclusive em projetos que estão em grande parte situados no discurso do voluntariado e do próprio empreendedorismo social, além de ações que visam mitigar efeitos destrutivos do capitalismo sobre a natureza e meio ambiente.

Todos os elementos pontuados até aqui, nesta e nas demais subseções acima, estão sistematizados no plano de uma “pedagogia empreendedora”. Em suma, a associação entre empreendedorismo e pedagogia reflete na organização desses conceitos, ideias, noções e paradigmas aqui analisados sob a forma de currículos escolares e universitários, além de projetos e cursos relacionados a formação social e profissional pelos institutos do capitalismo e as próprias secretarias e demais instituições públicas. Neste sentido, nas linhas adiante buscaremos identificar como o ideário analisado estrutura-se especificamente na política educacional.

O IDEÁRIO DO EMPREENDEDORISMO SITUADO EMPIRICAMENTE COMO POLÍTICA EDUCACIONAL SISTÊMICA

Concomitante à crescente neoliberal, no Brasil o ideário do *empreendedorismo* avança como perspectiva a partir da década de noventa, nos



RELISE

cursos superiores de administração e outros atrelados ao mercado. Já nos anos 2000 “os preceitos empreendedores” começam a crescer nos currículos de escolas privadas e públicas.

Sobretudo, é importante frisarmos que o empreendedorismo só pode ser bem entendido e analisado se relacionarmos o local (estadual, nacional) com a propagação dessa perspectiva internacionalmente. Do mesmo modo que só compreenderemos a realidade e as relações de trabalho no Brasil se identificarmos os nexos entre nossa realidade e a ofensiva neoliberal como hegemonia mundial. Dito isto, o destaque e a centralidade do empreendedorismo na ideologia ou nas políticas educacionais dominantes desde os anos 90 seguem orientações das agências e organismos multilaterais do neoliberalismo - OCDE, UNESCO, ONU etc.

O evento que marca a gênese da consolidação de princípios pedagógicos do projeto neoliberal em escala global é a *Conferência Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia, no ano de 1990. Tendo sido coordenada pela UNESCO e com participação de diversos organismos multilaterais, tais quais a UNICEF, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, foi a partir dela que uma linha diretiva internacional e contínua de orientação de políticas educacionais começa a existir (P. SILVA, 2016, p. 97).

Neste âmbito, na conferência de Jomtien foram produzidas diversas orientações de políticas educacionais, tais quais a “Declaração Mundial Sobre Educação para Todos”, “Todos pela Educação” etc. com determinações e objetivos assimilados por diversos governos, empresas e instituições (F. SILVA, 2015, p. 17). Os princípios norteadores nelas mencionados abriram caminhos para que o empreendedorismo tenha ganhado força e propaganda nas políticas educacionais estatais, pela via da “cooperação” entre atores políticos que



RELISE

compõem os diversos campos institucionais do mercado e dos diversos segmentos dos Estados nacionais.

Como exemplo, a cooperação entre Estado nacional, organizações governamentais, não governamentais e o “setor privado” foi o fio condutor no documento “Declaração Mundial Sobre Educação para Todos” (UNICEF, 1990). Nele está orientada a possibilidade de mobilização de recursos financeiros: públicos, privados e *voluntários*, vinculados a uma necessidade de “melhor utilização de recursos”, o que envolve também “atração de novos recursos”. Com isto são propiciadas brechas para investimentos, nas escolas públicas, de projetos oriundos dos institutos globais milionários que versam sobre a educação. Ainda que o documento reforce a necessidade de financiamento da educação básica e melhoria dos níveis e qualidade desta em todos os países, ele é permeável à implementação de projetos pedagógicos e políticas viciadas pelos interesses dos grandes capitais internacionais que incidem sobre os projetos educacionais nacionais. Financiamento privado para que a educação pública esteja moldada pelos interesses do capital.

No Brasil, temos como exemplo de força política empresarial o “Movimento Todos pela Educação”, que desde 2006 atua como o principal precursor de perspectivas, projetos e orientações neoliberais para a educação no plano nacional. Tal “movimento” caracteriza-se como um agente de propagação do ideário neoliberal hegemônico no território brasileiro, contando com diversos projetos e parcerias com grandes empresas, instituições do mercado e governos nas três esferas (municipal, estadual e federal), influenciando diretamente e com força política dominante na elaboração e execução de políticas nacionais de Educação, como o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e Plano Nacional de Educação (PNE) (P. SILVA, 2016). Segundo consta na página eletrônica do próprio Movimento, suas



RELISE

143

atividades incluem diagnósticos, articulação com o poder público e monitoramento de políticas de educação com base em resultados⁷.

Políticas tais que preconizam a imposição de um novo modelo escolar e educacional que se baseia em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica, cujo principal axioma é que a escola só tem sentido com base no serviço que deve prestar às empresas e à economia, tendo como referências do novo ideal pedagógico “o homem flexível” e o “trabalhador autônomo”. Isto ocorre num movimento de escala global onde as organizações internacionais do neoliberalismo, acompanhadas da maioria dos governos dos países desenvolvidos (e “emergentes”, acrescentamos) transformam a competitividade na premissa dominante dos sistemas educacionais (LAVAL, 2019, p. 29).

Foi nesta direção que, em 2004, catorze anos depois da experiência multilateral e internacional da Conferência de Jomtien, a UNESCO, através do Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC, 2004), propõe um 5º pilar da educação, denominado *aprender a empreender*. Este em acréscimo aos quatro pilares chamados por Jacques Delors em seu relatório “*Educação para o século XXI: um tesouro a descobrir*” (1996): “aprender a conhecer”; “aprender a fazer”; “aprender a ser” e “aprender a viver (juntos)” (SILVA, 2015, p. 18).

No Brasil, Fernando Dolabela é o principal autor que pauta o “aprender a empreender” na educação básica, através do conceito de “Pedagogia Empreendedora”. Sua pretensão é irradiar o ensino desta área pelos currículos escolares do ensino fundamental e médio brasileiros. Isto quando, para ele, “a educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque diz

⁷ Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/>> Acesso em 17/10/2021.



RELISE

respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora” (DOLABELA, 2003, p. 15).

Cêa e Luz (2006) observam como, no livro “*Pedagogia Empreendedora – O Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica voltado para o Desenvolvimento Sustentável*” (DOLABELA, 2003), tal autor traz uma perspectiva individualista como tônica da “Teoria Empreendedora dos Sonhos”. Esta sugere que basta que tenhamos um sonho, não interessa qual seja, para que possamos torná-lo realidade, se tivermos disposição e esforço para tal (CÊA & LUZ, 2006). O que se caracteriza por uma visão idealista de mundo, como mais uma dentre várias perspectivas motivacionais abstratas presentes na literatura do empreendedorismo.

Em artigo que enaltece a iniciativa do ensino em empreendedorismo aos jovens de escolas públicas a partir da análise de um projeto pedagógico chamado “*Empreendedorismo jovem: da escola para o mercado de trabalho*”, realizado no Campus Currais Novos do IFRN, Gomes *et al.* (2014) colocam o empreendedorismo no Ensino Médio como fator de inclusão dos jovens no mercado de trabalho e ainda como propulsor do desenvolvimento econômico brasileiro.

O projeto analisado pelos autores consistiu no ensino pela criação de negócios relacionados às áreas de formação técnica dos estudantes, via ações como visita a empresas do ramo, workshops, palestras, eventos e seminários etc. Para os mesmos, o projeto preenche uma lacuna quanto ao conhecimento de gestão empresarial e criação de novos negócios, assim como a necessidade da inserção das empresas nas atividades da escola. Eles colocam abertamente a necessidade de corporações empresariais se inserirem diretamente no currículo escolar. Destacam que cerca de 49% das empresas, segundo o SEBRAE, duram até seis meses. E, como não poderia deixar de ser, associam esse dado à incapacidade de gestão dos proprietários:



RELISE

145

consequências da falta de gerenciamento ou mesmo despreparo de gestores e empreendedores. Nesse sentido, a atividade empreendedora pode, por um lado, garantir a realização a curto, médio ou longo prazo, sendo um instrumento que potencializa novas ideias e negócios (GOMES *et al.*, 2014, p. 325)

Neste aspecto, corroboram com a ideia, já tratada aqui, de que o empreendedorismo é fator propulsor de desenvolvimento econômico de um país e o que falta é empreendedorismo nas pessoas. Por esta linha de pensamento, basta formar os estudantes com este viés para fomentar o crescimento econômico.

Tais assertivas de vinculação estrita entre educação escolar como fator de desenvolvimento econômico capitalista situam-se no que Laval (2019, p. 67-68) caracteriza como “novo idioma da escola”, que tem a empresa como “motor e modelo da sociedade civil” na representação dominante, com a referência ao mundo da empresa estabelecida tanto no sentido de propor soluções radicais para as dificuldades geradas pela massificação da escolarização, quanto para mudar as referências internas das escolas: seu modo de funcionamento, organização, avaliação, a natureza de seu comando e suas missões fundamentais.

Em decorrência, temos entre os autores (neo)liberais a justificativa do empreendedorismo como necessidade econômica para o desenvolvimento nacional e alternativa ao quadro de desemprego estrutural, tomando tal conjuntura econômica como realidade dada, estabelecida e naturalizada. Passam ao largo dessas teorias quaisquer considerações sobre crise e aspectos conjunturais econômicos pelos quais passam uma economia nacional e o conjunto da economia global, as contradições, crises e exclusões do mercado. Quando constatações mais amplas são colocadas, ainda que de forma superficial, os autores mencionam como “o mercado” está flexível, exigindo rotatividade, concorrência, terceirizações, ou há uma situação de desemprego.



RELISE

146

Aspectos colocados de forma acrítica, realidade estabelecida frente à qual deve haver adaptação, pelos indivíduos, com esforço e criatividade inovadora para obtenção de êxito e sucesso nos negócios. O que reverberaria em desenvolvimento econômico – colocado de modo abstrato.

Outra autora do mundo dos negócios, Stockmans (2014) define que o ensino em empreendedorismo

viabiliza a formação de um sujeito que conhece suas potencialidades e fragilidades, suas habilidades e competências, capaz de criar, sobressair e enfrentar a realidade social e econômica, ou seja, que possa enfrentar e criar diferentes formas de garantir sua subsistência (STOCKMANS, 2014, p. 14).

Logo, subsistir, ou sobreviver. Sobrevivência adaptativa, uma vez que a mesma autora coloca claramente a naturalização do desemprego e o posicionamento do empreendedorismo como alternativa: “O contexto atual aponta uma era de fim dos empregos, e uma das alternativas que se apresenta para a solução deste impasse é educar as futuras gerações para o espírito empreendedor” (STOCKMANS, 2014, p. 24).

Em termos de políticas educacionais efetivas, Souza (2012) ressalta diversas iniciativas de implementação do empreendedorismo na educação, com exemplos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro entre 2008 e 2012 que tem o empreendedorismo como disciplina propriamente dita, ou como tema transversal, em instituições educacionais formais de educação básica e superior, privadas e públicas. No plano de capacitação de gestores, destacam-se acordos de cooperação entre as Federações de Indústrias de São Paulo (FIESP) e Rio de Janeiro (FIRJAN) através de cursos de especialização *latu sensu* na área de gestão empreendedora em educação para diretores de escolas estaduais (SOUZA, 2012, p. 81).

Frente a diversos “avanços” desta área em diferentes estados do país, Pernambuco não foge à regra. Neste estado, o ensino em empreendedorismo



RELISE

147

está presente em todas as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM's). Estas são centenas de unidades escolares que compõem o Programa de Educação Integral (PEI), as quais contam com aulas em dois turnos (tempo integral). Nelas, o empreendedorismo conta com duas horas-aulas semanais em todas as séries do ensino médio (PERNAMBUCO, 2017). Além disto, existem em várias destas escolas projetos de organizações empresariais, tais como o Miniempresa (JUNIOR ACHIVEMENT, 2014) e o Despertar (SEBRAE, 2019), promovidos respectivamente pela ONG Junior Achievement e pelo SEBRAE. Em ambos, centenas de estudantes realizam, todos os anos, “feiras de empreendedorismo”, onde vendem produtos que desenvolvem através de empresas fictícias que criam.

Neste sentido, o ensino em empreendedorismo desenvolve-se imbricado com a totalidade capitalista contemporânea e os objetivos políticos/ideológicos de reprodução ampliada da hegemonia neoliberal, sendo assimilado ativamente nas políticas educacionais nacionais e locais.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Na atualidade, o empreendedorismo influencia nos diferentes espaços vinculados à cultura do trabalho, da educação, da política e da comunicação. Desenvolve-se, no plano hegemônico das relações de produção sob o neoliberalismo, como o campo central de reprodução político-ideológica da pedagogia do capital flexível para a sociabilidade e relações de trabalho no capitalismo atual.

Essa correia central de transmissão ideológica da hegemonia neoliberal é propagada em três frentes: 1. Para legitimar a subsunção do trabalhador quando está contratado formalmente como assalariado, quando este internaliza os discursos e necessidades do capital, contrários aos seus interesses econômicos; 2. Na legitimação e naturalização das condições de sobre-



RELISE

148

exploração e precarização do trabalho ligada à sobrevivência frente ao desemprego no neoliberalismo: o trabalho informal, a “uberização” do trabalho, a perspectiva da “viração” etc.; 3. Na fomentação de uma perspectiva de “cidadania progressista” liberal, pautada nos limites do trabalho alienado e das relações de mercado.

Dentre os cinco tópicos apresentados sob a forma seções temáticas, observamos três elementos gerais fundamentais que circundam de modo onipresente o empreendedorismo: *indivíduo, empresa e mercado*. Esta tríade tem relação direta com os desdobramentos do trabalho alienado, os quais são: “propriedade privada, divisão social do trabalho no capitalismo e mercantilização do trabalhador” (BAVARESCO; LUZ, 2010). Em síntese, o empreendedorismo: 1. Estrutura-se fundamentalmente pautado pelo *individualismo* que toma a inovação e a criatividade como inerentes à atitude empreendedora; 2. Categoriza estas situadas nos limites da gestão capitalista de empresas (da *propriedade privada*) como fim; 3. Tendo como palco social mais amplo o *mercado* (e não a sociedade), que é a esfera mais ampla das relações sociais onde os indivíduos competem entre si e dentro de empresas.

Em consonância com pressupostos da teoria do capital humano em sua faceta atualizada, também analisamos, no ideário do empreendedorismo, sua orientação por uma pedagogia da exclusão/desemprego e pela internalização “intraempreendedora” de princípios e objetivos empresariais como processo de acentuada subsunção do trabalho ao capital. Na afirmação de que o desenvolvimento de um país/sociedade realiza-se pelo conjunto de atividades empreendedoras, percebemos como a realidade é colocada como somatório de ações individuais - desconsiderando-se complexas mediações e contradições estruturais, além das relações sociais não-mercantis. Nas questões de ordem societária, ou no campo da política, o empreendedorismo apropria-se da questão da pobreza, pautas de identidades, meio ambiente e opressões; convertendo-as



RELISE

aos limites do trabalho alienado, mercantilização das relações sociais, do consumo.

Conclusivamente, afirmamos que o ideário do empreendedorismo existe essencialmente em função e nos limites da reprodução do trabalho alienado na atualidade, pautado pelos objetivos do capital que se sobressaem, gerando e mantendo exclusão, desemprego e precarização entre trabalhadores.

De todo, temos no ideário empreendedor uma versão individualista-mercantil de mundo, com o sujeito alçado essencialmente a produtor e consumidor de mercadorias, ou enquanto mercadoria força de trabalho. Daí que “o indivíduo (intra)empreendedor” aparece como “trabalhador mercantilizado” ou como o gestor capitalista atuando para racionalizar e mercantilizar suas relações com outros trabalhadores. Neste sentido, lembramos Laval advertindo que “as sociedades de mercado se caracterizam pela sujeição de todas atividades à lógica de valorização do capital, considerada evidente, inevitável, imperativa, da qual nenhum ser racional pode esquivar-se” (2019, p. 47). Daí o autor define que o conhecimento (ou a educação), contaminado/a por tais imperativos, é alçado a mero fator de produção.

É neste sentido que ocorre a implementação do empreendedorismo nos currículos escolares. Através de alguns exemplos destacamos como ele concretiza-se como política educacional sistêmica, ideologia concreta nas salas de aula e em projetos pedagógicos diversos. Destacamos também a educação institucional pública tomada como um campo fundamental de inserção deste ideário, na constituição da hegemonia do neoliberalismo associado ao capital flexível.

Estando o empreendedorismo vinculado à reprodução do trabalho alienado, que perspectiva concreta de educação para o trabalho pautamos? Temática abordada em muitos outros trabalhos (mas nunca esgotada), entendemos que é possível conceber uma gestão dos processos produtivos



RELISE

150

compreendida para além do trabalho alienado. Uma pedagogia crítica integral que considere o trabalho pedagógico, artístico, desportivo, político e produtivo; dos movimentos sociais e das instituições públicas, as experiências, pautas e reformas de cunho socialista. Onde formação profissional ou o ensino médio geral não sejam sinônimos de formação para o capital. Uma proposta em que criar e inovar, trabalho coletivo, responsabilidade, técnicas profissionais, disciplina, dentre outros, não estejam direcionados para legitimar e potencializar a acumulação privada, mas sim vinculados ao trabalho associado; às relações societárias e comunitárias; à ciência, educação e saúde públicas, às artes, ao conhecimento sócio-histórico geral e local.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. (19/02/2017). **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. Disponível em <<http://passapalavra.info/2017/02/110685>> Acessado em 26/09/2021.

AFFORNALLI, M. V. **Neoliberalismo, terceiro setor e direitos sociais: precarização e perspectivas**. Revista Direito à Sustentabilidade, Foz do Iguaçu, v.2, n.3, jul-dez 2015.

AIDAR, M. M. **Empreendedorismo: coleção debates em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ALVES, G. ANTUNES, R. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. In: Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANASTACIO, M. R. **Empreendedorismo social e inovação social: contexto, conceitos e tipologias de iniciativas de impacto socioambiental**. In: ANASTACIO, M. R.; FILHO, P. R. A. C.; MARINS, J. (orgs.). Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro. Curitiba: PucPress, 2018. pp. 31-50.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997.



RELISE

151

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **O Trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural**. In: Revista Theomai, n. 19, p. 47-57, jan/mar. 2009.

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 35-48.

AQUINO, A. B.; MOITA, D. S., OLIVEIRA, E. N. P. **O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral**. In: Psicologia Política. V. 16. N. 36. pp. 207-226.– maio/ago. 2016.

BARBOSA, L. F. **A Reestruturação Produtiva e a formação de técnicos de nível médio: uma análise do currículo da Educação Profissional no IFPE**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação. Recife, 2014.

BAVARESCO, A.; LUZ, R. S. **Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho**. Revista Princípios. V. 17, n. 27, jan./jun. 2010. P. 137-165.

CÊA, G. dos S., LUZ, A. S. **Reflexões sobre a idéia do empreendedorismo na educação**. In: Revista Educere et Educare. Vol. 1 nº 1. p. 83-87. jan./jun. 2006.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 4 ed. São Paulo. Elsevier. 2007.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** In: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Inep, 2006. p. 55-70.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2020.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora - O Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo : Editora Cultura, 2003.



RELISE

152

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo Corporativo: Conceitos e Aplicações**. Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 81-90, abril/junho 2004.

FIALHO, F. A. P.; MONTIBELLER Fo. Gilberto; MACEDO, Marcelo; MITIDIERI, Tibério da Costa. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

FONSECA, L. **Reestruturação produtiva, reforma do Estado e formação profissional no início dos anos 1990**. In: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, G. (orgs). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Inep, 2006. p. 201-220.

FONTES, V. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. Marx e o Marxismo, v. 5, p. 45-67, 2017.

FRANZINI, D. Q.; SELA, V. M.; SELA, F. E. R. **Ensino do empreendedorismo na educação básica: estudo da metodologia "Pedagogia empreendedora" de Fernando Dolabela**. In: PREVIDELLI, J. J.; SELA, V. M. (Orgs.). Empreendedorismo e educação empreendedora. Maringá: Unicorpore, 2006.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas idéias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva trinta anos depois: regressão social e hegemonia às avessas**. Revista Trabalho Necessário, Ano 13, n. 20, 2015, p. 206-233.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.



RELISE

153

GALASTRI, L. O. **A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere.** Revista Lutas Sociais. São Paulo, n. 23, p. 80-92, jun./dez. 2009.

GOMES, C. R.; SILVA, A. M. **Neoliberalismo, terceiro setor e educação: os dilemas do voluntariado na educação.** V Colóquio internacional “Educação e contemporaneidade”. São Cristóvão/SE, 2011.

GOMES, D. C.; SILVA, L. A. F.; ANJOUR, M. F. D.; AÑE, M. E. M. **Empreendedorismo jovem: da escola para o mercado de trabalho.** In: *Holos*, Ano 30, Vol. 5, p. 324-334, nov/dez. 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HASHIMOTO, M. **Lições de Empreendedorismo.** Barueri/SP: Editora Manole, 2009.

JUNIOR ACHIEVEMENT. **Miniempresa: Manual do Achiever.** Porto Alegre, RS: Junior Achievement Brasil, 2014.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa.** São Paulo: Boitempo, 2019

MARIANO, S. R. H; MAYER, V. F. **Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para a criatividade.** São Paulo: LTC. 2011.

MESZAROS, I. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRSHAWKA, V. **Empreender é a Solução.** São Paulo: DVS Editora, 2004.

NEVES, M. L. V.; SANT’ANNA, R. **Introdução: Gramsci, o estado educador e a nova pedagogia da hegemonia.** In: NEVES, M. L. V. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia.* São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação: Secretaria Executiva de Educação Profissional. **Projeto de Vida e Empreendedorismo nas Escolas de Referência de Ensino Médio.** 2017.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.



RELISE

154

SANTOS, M. A. dos. **O lado negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e Black Money.** Belo Horizonte/MG: Editora Letramento, 2019.

SARKAR, S. O. **Empreendedor Inovador – Faça diferente e conquiste seu espaço no Mercado.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora. 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEBRAE. **O que significa LGBT+ para os negócios? Saiba como abraçar essa causa.** Publicado em 01/07/2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ce/artigos/o-que-significa-lgbtq-para-os-negocios-saiba-como-abracar-essa-causa,43817d22e3dab610VqnVCM1000004c00210aRCRD>

SEBRAE. **Curso Despertar: Manual do Participante.** Brasília, DF: SEBRAE, 2016.

SILVA, F. G. **Ensino do empreendedorismo na educação básica: a formação do cidadão empreendedor em questão.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Sapucaí. Programa de Pós-graduação em Educação. Pouso Alegre/MG, 2015.

SILVA, P. **Movimento Todos Pela Educação (TPE): intelectual orgânico do empresariado brasileiro.** In: REBUÁ, E, e SILVA, P. (orgs.). Educação e filosofia da práxis: reflexões de início de século. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 94-112.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, S. A. **A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações.** Revista Educação & Linguagem, v. 15, n. 26, p. 77-94, jul-dez., 2012.

STOCKMANS, J. I. **Educação Empreendedora.** Guarapuava/PR: Unicentro. 2014.



RELISE

155

UNESCO. PRELAC. **Uma trajetória para a educação para todos**. Revista PRELAC- Ano 1/n.0/agosto de 2004. Santiago do Chile. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137293_por Acessado em: 28 out. 2021

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Conferência de Jomtien, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acessado em 29/10/2021.